

para uma ação integrada junto aos Escritórios Regionais de Planejamento — ERPLAN.

Parágrafo Único — Consoante a experiência o indicar, os titulares das duas Secretarias interessadas poderão, de comum acordo, reformular parcial ou totalmente o protocolo firmado, mantidos os seus objetivos básicos.

Artigo 2.º — Na execução dos objetivos do protocolo firmado, ambas as Secretarias de Estado poderão solicitar a colaboração material e de pessoal dos demais órgãos das administrações centralizadas e descentralizadas estaduais.

Artigo 3.º — As despesas decorrentes da implantação dos Escritórios Regionais de Planejamento correrão à conta de dotações próprias dos orçamentos de ambas as Secretarias de Estado e nos termos do protocolo firmado.

Artigo 4.º — A Secretaria do Interior e a Secretaria de Economia e Planejamento consignarão, em seus orçamentos para os exercícios vindouros, recursos suficientes para a continuidade, ampliação e aperfeiçoamento da ação a que se refere o artigo 1.º.

Artigo 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio dos Bandeirantes, 23 de julho de 1971.

LAUDO NATEL

Miguel Colasuonno, Secretário de Economia e Planejamento

Hugo Lacorte Vitale, Secretário do Interior

Publicado na Casa Civil, aos 23 de julho de 1971

Maria Angélica Gallazzi, Responsável pelo S.N.A.

PROTOCOLO FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO E SECRETARIA DO INTERIOR PARA UMA AÇÃO INTEGRADA JUNTO AOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO — ERPLAN

A Secretaria de Economia e Planejamento neste ato representada pelo seu titular, Dr. Miguel Colasuonno, e a Secretaria do Interior neste ato representada pelo seu titular Dr. Hugo Lacorte Vitale, firmam o presente protocolo, com o propósito de formalizar uma ação conjugada de ambas as Pastas, através de seus órgãos técnicos, respectivamente, a Coordenadoria de Ação Regional e o Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM), a ser desempenhada nos Escritórios Regionais de Planejamento existentes nas Regiões Administrativas do Estado.

Com este propósito a Secretaria de Economia e Planejamento, através de sua Coordenadoria de Ação Regional, manterá nos Escritórios Regionais de Planejamento uma Diretoria a qual se subordinarão uma Seção Administrativa e uma Equipe de Levantamento e Análise Regional, com pessoal técnico e administrativo e com recursos de trabalho proporcionados pela Secretaria do Planejamento.

A Secretaria do Interior através do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM), manterá vinculada a cada Escritório Regional de Planejamento uma Equipe de Assistência Técnica aos Municípios, com pessoal treinado pelo CEPAM e credenciado pela Secretaria de Economia e Planejamento, para desenvolver funções específicas de assistência técnica aos municípios abrangidos pelos Escritórios Regionais de Planejamento, no corrente exercício. No exercício de 1972, o CEPAM assumirá o encargo de manter o pessoal das Equipes de Assistência Técnica aos Municípios com seus próprios recursos.

Assim sendo, cada uma dessas equipes permanecerá tecnicamente subordinada a cada um dos órgãos técnicos das Secretarias de Estado a que estiver vinculada, ou seja, as Equipes de Levantamento e Análise Regional serão tecnicamente subordinadas à Coordenadoria de Ação Regional; as Equipes de Assistência Técnica aos Municípios serão tecnicamente subordinadas ao CEPAM.

Por conseguinte, competirá a cada um dos órgãos técnicos mencionados a seleção, o treinamento, a orientação técnica e metodológica, bem como, a definição da sistemática de trabalho a ser desenvolvida pelos técnicos integrantes de suas respectivas equipes.

As direções da Coordenadoria de Ação Regional e do CEPAM assegurarão o entrosamento harmônico e a complementariedade das atividades desenvolvidas pelas equipes técnicas.

Quanto a execução dos serviços administrativos necessários ao funcionamento de ambas as equipes técnicas, estará a cargo das Seções Administrativas pertencentes às organizações dos Escritórios Regionais de Planejamento.

No que diz respeito ao funcionamento dos ERPLANs, caberá aos Diretores-Técnicos Administrativos fazer cumprir as normas de disciplina horária e condições de trabalho estabelecidas para os Escritórios, como um todo.

As equipes de Levantamento e Análise Regional, composta pelos técnicos da Coordenadoria de Ação Regional, terão as seguintes atribuições básicas:

a) — a obtenção de dados e informações regionais e setoriais, recentes, que serão utilizados na elaboração de análises preliminares dos programas setoriais (programas das diferentes Secretarias) ao nível regional, e que venham refletir a distribuição especial dos setores considerados prioritários, tais como: Indústria, Agricultura, Educação e Saúde;

b) — a tabulação e análise das informações obtidas, remetendo-as em seguida, para a sede da Coordenadoria de Ação Regional, em São Paulo;

c) — a promoção da mobilização dos agentes regionais do desenvolvimento estadual (Prefeitura, instituições de ensino superior e outras entidades públicas e particulares), incrementando-lhes a intercomunicação e prestando-lhes o assessoramento metodológico que se fizer necessário, bem como, fornecendo-lhes dados e informações objetivas de âmbito regional;

d) — a divulgação das potencialidades regionais, junto à autoridades municipais, estaduais e federais, bem como, às entidades de caráter privado, orientando as inversões para setores dinâmicos e adequados às condições locais;

e) — o estabelecimento de um sistema de estatística (central de dados) criando, inicialmente, um fluxo de informações sócio-econômicas sobre os principais eventos das regiões pertencentes aos ERPLANs. Estes indicadores conjunturais serão levantados de acordo com as disponibilidades de informações e com frequência mensal, trimestral ou anual;

f) — o estabelecimento de critérios de orientação dos investimentos governamentais e privados, atentando-se para a compatibilização e complementação dos mesmos;

g) — o estabelecimento de critérios, tendo em vista evitar duplicações dos esforços públicos nos diferentes níveis e setores administrativos;

h) — o fornecimento de apoio operacional, no sentido vertical, quando estiver se reportando aos órgãos superiores da Secretaria de Economia e Planejamento, de forma a tornar mais viável a formulação dos programas setoriais.

As Equipes de Assistência Técnica aos Municípios, constituídas pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM), competirá basicamente:

a) — fornecer apoio operacional aos próprios Escritórios Regionais de Planejamento;

b) — prestar serviços de assessoramento aos órgãos públicos da região, tendo em vista o aperfeiçoamento de suas máquinas administrativas e o melhor alcance de suas finalidades;

c) — orientar as Prefeituras e Câmaras Municipais da região, em todos os setores da administração municipal, dentro dos critérios de prioridades locais e regionais;

d) — responder às consultas formuladas, verbalmente ou por escrito, pelos Prefeitos e Presidentes de Câmara Municipal da Região, sobre problemas de legislação e tributação municipais, organização e métodos administrativos, orçamento e contabilidade municipais bem como com o auxílio de Equipes Volantes, sobre problemas de planejamento local integrado.

Fica estabelecido que no corrente exercício, os encargos referentes à remuneração de todo o pessoal técnico e administrativo serão de responsabilidade da Secretaria de Economia e Planejamento.

As despesas relativas a bens móveis e imóveis necessários ao funcionamento dos serviços técnicos e administrativos para atender às necessidades do trabalho conjunto aqui ajustado, serão partilhados entre a Secretaria de Economia e Planejamento e a Secretaria do Interior, na medida de suas possibilidades orçamentárias.

Fica, finalmente, assentado que a Secretaria de Economia e Planejamento e a Secretaria do Interior consignarão, em seus orçamentos para os exercícios vindouros, recursos suficientes para a continuidade e o aperfeiçoamento da ação conjugada.

São Paulo, aos 28 de junho de 1971.

Miguel Colasuonno — Secretário de Economia e Planejamento

Hugo Lacorte Vitale — Secretário do Interior

#### DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1971

Dispõe sobre doação de veículo usado à Prefeitura da Estância Hidromineral de Lindóia

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais

Decreta:

Artigo 1.º — Fica autorizada, em deferimento ao pedido objeto do expediente GG 1.769/71, a doação à Prefeitura da Estância Hidromineral de Lindóia, de um veículo usado marca Volkswagen, modelo Sedan, ano de fabricação 1961, motor B-59.507, P.I. 1437, certificado 921.788, patrimoniado pela Ad-

ministração Superior, da Secretaria da Agricultura, e declarado excedente pela DEMEX, da Coordenadoria da Administração de Material, da Secretaria do Trabalho e Administração.

Artigo 2.º — A Secretaria da Segurança Pública, por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito, expedirá o certificado de propriedade relativo ao veículo ora doado.

Artigo 3.º — A doação de que trata este decreto ficará revogada se o veículo a que se refere o artigo 1.º não for retirado dentro de trinta dias.

Artigo 4.º — O prazo para uso do veículo é de um ano a partir da publicação, quando a donatária poderá dispor dele, sem qualquer formalidade.

Artigo 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio dos Bandeirantes, 23 de julho de 1971.

LAUDO NATEL

Rubens Araújo Dias, Secretário da Agricultura

Henri Couri Aida, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 23 de julho de 1971.

Maria Angélica Gallazzi, Responsável pelo S.N.A.

#### DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1971

Dispõe sobre doação de veículo usado à Prefeitura Municipal de Piracicaba

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica autorizada, em deferimento ao pedido objeto do expediente GE 0948/71, a doação à Prefeitura Municipal de Piracicaba, de um veículo usado marca Mercedes Benz, ano de fabricação 1962, motor OM-321.919-AO-705.650, certificado 207.362, P.I. 121, pertencente ao patrimônio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, da Secretaria da Agricultura, e declarado excedente pela DEMEX, da Coordenadoria da Administração de Material, da Secretaria do Trabalho e Administração.

Artigo 2.º — A Secretaria da Segurança Pública, por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito, expedirá o certificado de propriedade relativo ao veículo ora doado.

Artigo 3.º — A doação de que trata este decreto ficará revogada se o veículo a que se refere o artigo 1.º não for retirado dentro de trinta dias.

Artigo 4.º — O prazo para uso do veículo é de um ano a partir da publicação, quando a donatária poderá dispor dele, sem qualquer formalidade.

Artigo 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio dos Bandeirantes, 23 de julho de 1971.

LAUDO NATEL

Rubens Araújo Dias, Secretário da Agricultura

Henri Couri Aida, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 23 de julho de 1971.

Maria Angélica Gallazzi, Responsável pelo S.N.A.

#### DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1971

Dispõe sobre doação de veículo usado à Associação das Filhas de São José — Ribeirão Pires

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DO SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica autorizada, em deferimento ao pedido objeto do expediente S.I.F. 7790-71, a doação à Associação das Filhas de São José — Ribeirão Pires, de um veículo marca Chevrolet, modelo Pick-Up, P.I. n.º PC-9, ano de fabricação 1957 motor n.º 3 A 57 T — 126.406, certificado n.º 581.931, patrimoniado pela Coordenadoria de Saúde da Comunidade, da Secretaria da Saúde, e declarado excedente pela DEMEX, da Coordenadoria da Administração de Material, da Secretaria do Trabalho e Administração.

Artigo 2.º — A Secretaria da Segurança Pública, por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito, expedirá o certificado de propriedade relativo ao veículo ora doado.

Artigo 3.º — A doação de que trata este decreto ficará revogada se o veículo a que se refere o artigo 1.º não for retirado dentro de trinta dias.

Artigo 4.º — O prazo para uso do veículo é de um ano a partir da publicação, quando a donatária poderá dispor dele, sem qualquer formalidade.

Artigo 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 23 de julho de 1971.

LAUDO NATEL

Mário Machado Lemos, Secretário da Saúde

Henri Couri Aida, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 23 de julho de 1971.

Maria Angélica Gallazzi, Responsável pelo S. N. A.

#### DECRETO DE 14 DE MAIO DE 1971

Dispõe sobre a inclusão dos cargos de Artífice de Obras e Ajudante de Artífice de Obras nos Anexos do Decreto de 17 de setembro de 1970, que aplicou aos cargos da Parte Especial do Quadro do Departamento de Estradas de Rodagem e Decreto-lei Complementar n. 11, de 2 de março de 1970

Retificação

Onde se lê:

ANEXO II

Cargos de provimento efetivo

FAIXA III

Nome	Matrícula	Situação atual			Situação nova		
		Cargo	Parte e Tabela	Ref.	Cargo	Parte e Tabela	Ref.
Sebastião de Oliveira Souza ..	38009	Artífice	T1bPP	41	Desenhista	PE-III	16
Leia-se:							
Sebastião de Oliveira Souza ..	38009	Artífice	T1bPP	41	Desenhista	PE-III	15

#### DECRETO N. 52.779, DE 22 DE JULHO DE 1971

Altera o Decreto n. 51.662, de 9 de abril de 1969, que criou, na Secretaria da Fazenda, o Departamento de Orçamento e Custos do Estado

Retificação

Artigo 1.º — Os artigos 3.º, 5.º, 8.º e 9.º ... ..

Onde se lê: «... ..»

incumbe: Artigo 1.º — A Divisão de Administração Orçamentária (DOC-2)

Leia-se: «... ..»

incumbe: Artigo 9.º — A Divisão de Administração Orçamentária (DOC-2)

#### DECRETO DE 22 DE JULHO DE 1971

Torna sem efeito relotação de cargo

Retificação

Onde se lê: LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 89 da Lei n. 9.717, de 30 de janeiro de 1971,

Leia-se: LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 89 da Lei n. 9.717, de 30 de janeiro de 1967,